

Diário da Assembléia

N.ºs. 2.531/2.532

CURITIBA, 7 e 8 DE OUTUBRO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLD BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDI SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CÔRTEZ
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLIVIR GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin.
1.º Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.º Vice-Presidente: David Federmann. 1.º Secretário: Gabriel Manoel. 2.º Secretário: Haroldo Bianchi. 3.º Secretário: Olívio Belich. 4.º Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Paulo Camargo — Armando Queiroz — Luiz Renato Maluelli — Túlio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Côrtes — Amadeu Puppi

M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros

Secretário: Maria Amália Cesar/Cercal de Oliveira

Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes

Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi

M.D.B.: Alencar Furtado

Secretário: Lélcio Guimarães Soto-Maior

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: José do Canto Filho

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Maluelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Eley Silva Batista

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Jorge Sato — Túlio Vargas — Armando

Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix de Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)
ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordeiro de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
ARENA: Luiz Renato Maluelli — Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel — Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)
ARENA: Fabiano Braga Côrtes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Maluelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)
ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Maluelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Carmen Aparecida Fregonese

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Maluelli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)
ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Côrtes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

DECRETO LEGISLATIVO N.º 472-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 6.971 de 23 de setembro de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

revogar o Decreto Legislativo n.º 278 de 29 de maio de 1969 que concedeu a gratificação de função de Secretário de Comissão ao funcionário IVO GUSSO e o Decreto Legislativo n.º 170 de 21 de março de 1969, que concedeu a gratificação de função de Auxiliar de Portaria ao funcionário JOQUIBE MANSUR, ambos a partir de 1.º de setembro de 1970.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1970

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 471-70

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 6.971, de 23 de setembro de 1970, deste Poder,

R E S O L V E:

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 223-70 de 11 de maio de 1970, a partir do dia 2 de setembro do mesmo ano.

II — Designar os funcionários abaixo relacionados para exercerem junto ao Gabinete da Liderança da ARENA as seguintes funções, percebendo gratificação de função e de representação, a partir de 2 de setembro do corrente ano.

Ivo Gusso — Chefe de Gabinete
Joquibe Mansur — Auxiliar de Gabinete
Eumenia de Oliveira — Auxiliar de Gabinete
Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de setembro de 1970.

aa) FRANCISCO ESCORSIN — Presidente
GABRIEL MANOEL — 1.º Secretário
HAROLDO BIANCHI — 2.º Secretário

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 155.ª Sessão Ordinária
Realizada em 7 de Outubro de 1970
(Quarta-Feira)

Presidência do sr. Deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Luiz Malucelli e Ivo Tomazoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Foad Nacii, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Marsur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olívio Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Sívio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (37); achando-se ausente o seguinte sr. deputado: Mattos Leão (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

MENSAGENS:

MENSAGEM
36-70

Curitiba, 2 de outubro de 1970

Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter ao exame dessa Augusta Assembleia Legislativa o incluso anteprojeto de lei, de cuja aprovação depende o deslocamento das organizações militares do Ministério do Exército, situadas nos bairros residenciais e pontos centrais da Cidade para zona mais adequada ao pleno funcionamento de tais corporações.

Pela consideranda que criou a Comissão de Planejamento e Construção de Aquecimento da Guarnição de Curitiba, da qual o Conselho Diretor se acha formado pelo Governador do Estado do Paraná que esta subscreve, General Comandante da 5.ª Região Militar e Divisão de Infantaria e Prefeito Municipal da cidade, fica justificada a presente mensagem, quando ali, em resumo, foi dito: que a existência de vários quartéis localizados em pleno centro comercial e bairros residenciais, conflitam com o aspecto turístico urbano; que a existência desses quartéis não atende as condições mínimas indispensáveis ao exercício da tropa; que o Ministério do Exército possui áreas nos arredores da cidade, servidas por via de acesso e que se prestam bem a construção dos futuros quartéis; que a alienação de algumas áreas as ora ocupadas pelos quartéis poderia gerar recursos suficientes a consecução da obra e que o fim que colima o planejamento deve ter prioridade tal a sua relevância por estar a segurança dos mesmos quartéis seriamente comprometida pela construção de edifícios dominantes nas áreas em que eles se encontram e como o Município de Curitiba no atendimento de seu Plano Diretor necessita adquirir algumas dessas áreas e não conta com recursos financeiros para arcar com as despesas de construção desses quartéis que virá corresponder ao preço da alienação que lhe fará a União Federal, o Governo do Estado do Paraná resolveu participar do empreendimento propiciando maiores recursos financeiros para que a mudança daqueles quartéis, na conformidade do plano, seja concretizada. E o Estado do Paraná concorrendo para as despesas receberá como pagamento das obras e serviços executados para a instalação das organizações militares imóveis que serão definidos por via de convênio a ser firmado com a União Federal e o Município. Com tal iniciativa, tanto o Governo Federal através do Ministério do Exército como o Estado do Paraná e o Município de Curitiba estarão conjugando esforços para que o plano delineado pela Comissão encarregada de levar a efeito a grande tarefa, seja complementado.

Por entender que a matéria em pauta é de considerável importância, ante os motivos invocados, encareço de Vossa Excelência que a mesma seja

discutida em regime de urgência, a fim de que no próximo exercício financeiro, as obras possam ser iniciadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência aos meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado
ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a receber da União Federal, imóveis do seu patrimônio, mediante a obrigação de entregar em pagamento construções por valor equivalente, destinadas às instalações e funcionamento de organizações militares.

Parágrafo Único — Os imóveis a serem recebidos como doação em pagamento o serão pelos valores constantes dos respectivos laudos, aprovados pelo Poder Executivo.

Art. 2.º — Mediante convênio a ser firmado com a União Federal, serão definidos quais os imóveis que o Estado receberá como pagamento das obras e serviços executados para instalação das organizações militares a que se refere o artigo 1.º.

Art. 3.º — Anualmente, o Estado consignará nos seus respectivos orçamentos as verbas necessárias à execução da presente lei.

Parágrafo Único — No caso de não ser prevista no Orçamento Geral do Estado para o próximo exercício, dotação própria para atender as despesas desta lei, as mesmas deverão correr à conta do Crédito Especial respectivo, que para esse fim deverá o Poder Executivo solicitar à Assembleia Legislativa.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. — A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGEM
37-70

Curitiba, 6 de outubro de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva majorar as tabelas de vencimentos dos servidores civis do Poder Executivo, dos cargos em comissão e das funções gratificadas.

A medida ora submetida à aprovação dessa augusta Casa de Lei é o resultado de estudos realizados em consonância com a conjuntura estadual e com a legislação existente sobre a matéria, sendo que o percentual do aumento de vencimentos acompanha a média dos índices fixados pelo Governo Federal para reajustamento dos seus servidores.

Reconhece o Governo do Estado — atento aos anseios e às manifestações da coletividade — que a elevação do custo de vida ainda não alcançou o ponto de contenção por todos almejado, do modo a que se possa afirmar que o aumento de vencimentos proposto ofereça ao servidor público, de maneira efetiva, uma melhoria capaz de lhe proporcionar um padrão de vida tranquilo.

Todavia, o fenômeno inflacionário, apesar dos denodados esforços dos homens responsáveis pela política econômico-financeira da Nação, não pôde ser totalmente controlado, embora se deva reconhecer que muito de positivo já se conseguiu a respeito.

Outrossim, em relação às despesas com o pessoal, cabe ao Governo do Estado, desde já, tomar providências tendentes a permitir que o índice se mantenha em bases que ofereçam o necessário equilíbrio, conforme determina a Constituição do Estado.

Em obediência ao disposto nos artigos 108, da Carta Magna da Nação e 80, da Constituição do Estado, o anteprojeto em questão prevê que as Tabelas de remuneração do Pessoal Civil do Executivo, são extensivas, como tabelas únicas, aos cargos e funções dos Poderes Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, implantando-se assim, a mais importante etapa no sentido da efetivação da paridade de vencimentos entre o funcionalismo Estadual.

Para fazer face às despesas decorrentes da execução da medida proposta, é prevista autorização para a abertura dos créditos suplementares que se fizerem necessários.

Certo de que a medida ora proposta a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) PAULO PIMENTEL — Governador do Estado

Art. 1.º — Os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e das funções gratificadas do Serviço Público Civil do Estado, ficam fixados na forma das Tabelas anexas, que fazem parte integrante desta lei.

Art. 2.º — O salário família e esposa fixado em Cr\$ 15,00 (quinze cruzeiros) e as pensões especiais pagas pelo Estado, majoradas para Cr\$ 50,00 (cinquenta cruzeiros).

Art. 3.º — Os vencimentos dos cargos de Advogado Geral do Estado, Sub-Consultor Geral e de Procuradores da Consultoria Geral do Estado, ficam fixados em Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).

Art. 4.º — Em obediência ao disposto nos artigos 108, da Carta Magna da Nação, e 80, da Constituição Estadual, as Tabelas que integram a presente lei, são extensivas, como tabelas únicas, aos cargos e funções dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único — Ocorrendo a hipótese de que os vencimentos fixados para determinados níveis sejam inferiores aos atualmente em vigor para os funcionários dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Tribunal de Contas, assegurar-se-á a respectiva diferença, a ser absorvida em futuros aumentos.

Art. 5.º — A Comissão Especial designada pelo decreto n.º 18.305, de 19 de fevereiro de 1970 do Chefe do Poder Executivo, deverá proceder estudos para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor as medidas legais no sentido da integral implantação da paridade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes, entre os funcionários dos três Poderes.

Art. 6.º — Os proventos dos inativos serão reajustados "ex-officio", integral ou proporcionalmente, obedecendo o critério pelo qual o funcionário tenha sido aposentado.

Art. 7.º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento Geral do Estado ficando o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares que se fizerem necessários.

Art. 8.º — A presente lei entrará em vigor em 1.º de janeiro de 1971, revogadas as disposições em contrário.

TABELA "A"
VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS

Nível	Valor
1	Cr\$ 174,96
2	Cr\$ 181,44
3	Cr\$ 187,32
4	Cr\$ 194,40
5	Cr\$ 198,00
6	Cr\$ 204,48
7	Cr\$ 211,63
8	Cr\$ 216,00
9	Cr\$ 224,64
10	Cr\$ 233,28
11	Cr\$ 248,40
12	Cr\$ 263,52
13	Cr\$ 291,60
14	Cr\$ 321,84
15	Cr\$ 349,92
16	Cr\$ 380,16
17	Cr\$ 438,48
18	Cr\$ 496,80
19	Cr\$ 554,52
20	Cr\$ 612,44
21	Cr\$ 671,76
22	Cr\$ 730,08
23	Cr\$ 788,40
24	Cr\$ 846,72
25	Cr\$ 904,44
26	Cr\$ 963,36
27	Cr\$ 1.021,68
28	Cr\$ 1.080,24
29	Cr\$ 1.138,32
30	Cr\$ 1.206,00

TABELA "B"
VENCIMENTOS DE CARGOS EM COMISSÃO

Símbolo	Valor
1 - C	Cr\$ 1.500,00
2 - C	Cr\$ 1.380,00
3 - C	Cr\$ 1.260,70
4 - C	Cr\$ 1.168,10
5 - C	Cr\$ 1.074,60
6 - C	Cr\$ 988,70
7 - C	Cr\$ 909,60
8 - C	Cr\$ 836,80
9 - C	Cr\$ 769,90
10 - C	Cr\$ 703,30
11 - C	Cr\$ 651,60
12 - C	Cr\$ 599,50
13 - C	Cr\$ 551,60
14 - C	Cr\$ 507,40
15 - C	Cr\$ 466,92

TABELA "C"
REMUNERAÇÃO DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Símbolo	Valor
F - 1	Cr\$ 240,00
F - 2	Cr\$ 204,00
F - 3	Cr\$ 180,00
F - 4	Cr\$ 144,00
F - 5	Cr\$ 132,00
F - 6	Cr\$ 108,00
F - 7	Cr\$ 84,00
F - 8	Cr\$ 72,00
F - 9	Cr\$ 60,00
F - 10	Cr\$ 48,00

A Comissão de Constituição e Justiça

OFÍCIOS:

Sob o n.º 126-70, do senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

De autoria do senhor deputado DAVID FEDERMANN, que cria uma Circunscrição de Trânsito na sede da Comarca de Telêmaco Borba, com jurisdição nos seguintes municípios: Arapoti, Ibaiti, Reserva, Ortigueira, Curitiba, Sapoperna e Jaguariaíva, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.154. — Agradeça-se.

156/70:

Do senhor deputado PAULO POLI, que dá nova redação ao art. 119 da Lei 5.849, de 25.09.68, e dá outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.155. — Agradeça-se.

Do senhor vereador JOSÉ LAZARO PEREIRA, encaminhando cópia de expediente dirigido ao senhor Governador do Estado, solicitando a inclusão de verbas orçamentárias estaduais, em favor de entidades do município de Mandaguari. — Ao conhecimento da Casa.

Do senhor ORLANDO FONTOURA, presidente da Federação de Trabalhadores Cristãos do Paraná, convidando para participar das comemorações alusivas à SEMANA NACIONAL CIRCULISTA. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

EMENDAS:

Emenda Substitutiva à Sub-Emenda Substitutiva ao PROJETO DE LEI N.º 261-70

Acrescente-se à Emenda substitutiva os seguintes dispositivos:

Art. É concedido um abono provisório ao funcionalismo público civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1.º de novembro de 1970, no valor de 20% (vinte por cento) dos vencimentos básicos de cada funcionário.

Art. O abono estabelecido no artigo anterior não influirá no cálculo para fixação de valor das gratificações, adicionais e quaisquer outras vanta-

gens estabelecidas para os funcionários públicos civis do Estado do Paraná.

Art. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento em vigor.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970.

(aa) João Mansur, Erondy Silvério e Alencar Furtado

PROJETO DE LEI N.º 261-70

Sub-Emenda Aditiva ao Substitutivo da Comissão Especial

Acrescente-se onde couber:

"Art. O abono provisório concedido ao funcionalismo público civil é extensivo aos servidores inativos".

(a) Alencar Furtado

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970.

Sub-Emenda ao Substitutivo da Comissão Especial do

PROJETO DE LEI N.º 261-70

Acrescente-se onde couber

Art. O abono provisório concedido por esta Lei é extensivo aos Oficiais e Pracas que se acham na inatividade.

Sala das Sessões, em 07 de outubro de 1970.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

— de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 141-70.

— de autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 261-70.

— de autoria do sr. deputado Roberto Galvani, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei n.ºs 110-70, 132-70 e 235-70.

— de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 107-70.

— de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, solicitando seja dispensado de publicação da Redação Final, o Projeto de Lei n.º 141-70.

— de autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 266-70.

— de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 8-70.

— de autoria do sr. deputado David Federmann, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, o Projeto de Lei n.º 132-70.

— de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, o Projeto de Lei n.º 235-70.

— de autoria do sr. deputado Haroldo Bianchi, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, os seguintes Projetos de Lei: 110-70, 107-70, 209-70, 189-70, 132-70, 180-70, 181-70, 194-70, 159-70, 146-70, 235-70 e 179-70.

Requerimento

Requerio à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de profundo pesar, pelo falecimento, em data de 5 do corrente, do jovem EDILSON LOSSO, ocorrido na cidade de Guarapuava, em lamentável incidente.

O jovem extinto, era filho do sr. Antonio Lossó, presidente da Associação Comercial e Industrial de Guarapuava e de D. Reni Vicentin Lossó. Era muito estimado nos meios sociais guarapuavares, pelo seu espírito de entusiasmo e dedicação. O acontecimento, veio enlutar tristemente toda aquela família e população.

Assim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa à família.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970.

(a) Igo Lossó

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos do Regimento Interno, requer, ouvido o Plenário, a transcrição na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, do teor dos radiogramas recebidos dos municípios de AMPERE e SALTO DO LONTRA, subscritos pelos senhores Prefeitos Municipais:

"AMPERE — N.º 9 — Data 2/10 — 15,00 horas

Dep. Ivo Tomazoni — Comunicamos que nosso Município vg dia 1.º corrente foi atingido por violento temporal e chuva granizo vg causando incalculáveis prejuízos lavoura e danificando industriais pt Peço comunicar órgãos Governo a fim possibilitar atendimento minoando prejuízos lavradores e industriais pt Sds Nelson Parizotto — Prefeito Municipal pt"

Do Município de SALTO DO LONTRA — o seguinte radiograma

"SALTO DO LONTRA — N.º 4 — Data 2/10 — 15,15 horas

Dep. Ivo Tomazoni — Forte chuva de granizo destruiu grande parte das plantações de feijão vg milho e trigo pt Solicitamos dentro das possibilidades providenciar junto órgãos Governo vg envio de sementes principalmente de feijão vg pois os agricultores estão com absoluta falta sementes e impossibilitados de adquirirem para replantio pt Sds — João Maria — Prefeito Municipal pt"

Requer ainda, que sejam comunicados da ocorrência, os excelentíssimos senhor Governador do Estado, o sr. Secretário da Agricultura no Paraná e o senhor Presidente da Café do Paraná, com o apelo de que na falta de legislação agrícola que ampare os lavradores pela inexistência de seguro agrícola, atendam mesmo de maneira a resolver palativamente o grave problema.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado um expediente desta Casa ao exmo. sr. dr. João Ribeiro Júnior, diretor do IBC, no sentido de que aquele Instituto estude a possibilidade de criar na cidade de Jacarezinho o Serviço Regional de Assistência à Cafeicultura (S.E.R.A.C.), para atender a região do Norte Pioneiro.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O Paraná mobiliza-se para o plantio de café. O Instituto Brasileiro do Café tem enviado todos os esforços e recursos, para que milhares de novos pés da rubicaba sejam plantados em nosso Estado.

O Norte Pioneiro realmente necessita de uma atenção e assistência especiais, para que possa colaborar nesta mobilização em prol da cafeicultura.

Com a instalação de uma agência do SERAG em Jacareacanga seria possível uma grande feira que se estenderia desde Cornélio Procopio até a divisa com o Estado de São Paulo.

O presente apelo ao dr. João Ribeiro, para que o IDC verifique a possibilidade da reivindicação dos cafeicultores daquela região, tem em mira ir ao encontro da política de plantio de novos pés de café, bem como levar os serviços à fonte.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 289-70
A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Normal de Guaiará, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Criar escolas é semear a semente de progresso para as novas gerações; criar estabelecimentos secundários de ensino é plantar para que os nossos filhos tenham mais oportunidades; implantar a rede de educação, é promover aqueles que nos sucederão; criar escolas normais é reparar os jovens de hoje para serem os mestres do amanhã. Vivemos, como a Nação Brasileira toda uma fase de afirmação, uma fase de novo bardeirantismo entre as nações em vias de desenvolvimento. Entre os setores que os dirigentes dessa nossa Grande Pátria colocam o esforço e o da Educação.

Propomos, como já o fizemos em tantas oportunidades ao longo de nosso mandato, a criação de uma escola Normal para Guaiará, Norteia-nos nisto o propósito de dar oportunidade, principalmente aqueles jovens que, desprovidos de maiores recursos, não encontram os meios para prosseguir seus estudos em centros maiores. Cremos que estas razões levarão os nobres Pares a votar favoravelmente em prol dos pequenos, hoje, que serão mestres amanhã de nossos netos.

PROJETO DE LEI N.º 290-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Normal de Itambaracá, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

O analfabetismo atinge grande parte da humanidade. No mundo inteiro é confirmado que esse mal traz consigo outros males, como doenças, má alimentação, pobreza, etc. O Brasil inteiro mobiliza-se para eliminar não somente o analfabetismo, mas também ir um pouco além de ler e escrever. Desejam os responsáveis pelos destinos da Pátria que o "segredo" das letras e dos números atinja a todos os recantos, a todos os rincões pátrios. O Paraná, que neste setor já procura fazer, há anos sua revolução, entra numa fase nova querendo dar a toda população jovem mestres capazes que possam ao lado das letras insuflar o amor à nação, o ardor pelo desenvolvimento e o instrumento que lhes possa dar o pão de cada dia. Eis as razões do presente plano de Lei.

PROJETO DE LEI N.º 291-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Normal de Diamante do Norte, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Criar escolas é o fator primordial da promoção humana. Efetivamente, a cultura é a alavanca do progresso, é a mola que propulciona o desenvolvimento, traz maiores oportunidades faz com que os homens compreendam o por que de sua existência na terra e tenham uma cosmovisão mais adequada dos homens e das coisas.

Entre as missões e vocações que nobilitam, realmente a de mestre merece destaque especial. Por esta razão, propomos a criação deste estabelecimento de ensino que atenderá uma região nova do Noroeste e que por intermédio das mestras que ali se formarão, muitos benefícios advirão às gerações vindouras.

PROJETO DE LEI N.º 292-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Comercial de São Carlos do Ivaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de setembro de 1970.

(a) Wilson Fortes

JUSTIFICATIVA:

Semear escolas, foi a meta que nos propusemos, quando fomos eleitos representante do Noroeste à Assembleia Legislativa. Na presente justificativa, desejamos justificar essa nossa determinação e esse propósito. Realmente, representamos uma região, das mais novas no Estado, onde existe um grande progresso material pois a faixa dos vales do Paranapanema e Ivaí, apresentam extraordinária fertilidade. O povo operoso resolveu aproveitar essa dívida do criador e nos proporcionou o progresso, enquanto a nação inteira os alimentos.

Ingressamos na fuga do Paraná novo, na 2.ª fase ou estágio. Este postula de cada um dos homens públicos desta geração que antevê o futuro e proporcione ao lado da natureza os instrumentos para que possa continuar a oferecer os frutos à Pátria e possa ter oportunidades na consecução de sua realização e dos seus. Nesta perspectiva, a nosso ver, a escola tem o papel

decisivo e determinante para as gerações da idade escolar. Pela criação da presente escola desejamos dar oportunidade aos jovens das barrancas do Paranapanema um instrumento hábil, para que possam prosseguir na senda do progresso.

PROJETO DE LEI N.º 293-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado no município de Goio-Érê, o Distrito Administrativo e Judiciário de "Rancho Alegre D'Oeste".

Dados descritivos do referido distrito:

"Começando no Rio Caracol, divisa das glebas 10 e 13, divisa do município de Janiópolis; descendo por este rio até sua foz com o rio Piquiri; subindo por este rio até a foz do rio das Vieiras, divisa do município de Ubatuba; subindo por este rio, até a divisa do município de Janiópolis, gleba 10; seguindo por este, até o rio Caracol, ponto de partida; seguindo pela linha divisória desta gleba, acompanhando as divisas do município de Janiópolis, até o rio Caracol, ponto de partida".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 1.º de outubro de 1970.

(a) Armando Queiroz

JUSTIFICATIVA:

O distrito terá por sede o patrimônio de Rancho Alegre D'Oeste, compreendendo uma área aproximada de 17 alqueires, e população também aproximada de 16 mil habitantes. Trata-se de região de terra fertilíssima, sendo parte roxa e parte mista. Predominam as lavouras de café, cereais em geral, além de algodão e hortaliça; sendo próprios ainda para pastagens.

O patrimônio em si, se apresenta com cerca de duzentas casas, havendo trinta casas de comércio, uma farmácia, uma serraria, um posto de gasolina, duas máquinas de arroz. A área do distrito contém 14 escolas rurais, e na sede, um grupo escolar com cerca de 600 alunos matriculados.

Ao lado, entre igrejas e templos, existem seis. Existindo também campo de futebol.

O patrimônio dista cerca de 20 quilômetros de Goio-Érê, sede do Município; 12 de Barreirinho D'Oeste; 30 de Quatro Centênios; 20 de Juranda.

Os dados evidentemente convencem do acerto do projeto, e da justiça da pretensão, daí porque se aguardar pelo pronunciamento favorável das Comissões e Plenário.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao nobre deputado Alencar Furtado, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, srs. Deputados

Há instantes de grande euforia quando verificamos a compreensão da Casa no que tange a problemas de gravidade para determinados setores, problemas que, se suscitados, sensibilizam os nobres Pares com assento nesta Casa.

Ante ontem, à noite apresentamos uma emenda ao Projeto 261-70, concedendo abono de 30% sobre os vencimentos de todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

Ontem a matéria recebeu sua 1.ª discussão, por ausência de quorum, não foi a mesma aprovada.

Todavia, sentimos, ontem à tarde, haver receptividade plena por parte da Casa inteira à proposição que propõe o reajuste de vencimentos mas que só terá vigência a partir de janeiro de 71. E como a aprovação daquela Mensagem poderia demandar mais tempo, estendendo-se até maior, foi com esse escopo que oferecemos emenda concedendo abono provisório até a vigência definitiva do reajuste salarial.

E ontem ainda, o ilustre Líder do Governo solidarizou-se com nossa posição e também com o funcionalismo público do Paraná. Hoje, trago à Casa e ao Paraná a grata notícia de que a liderança da ARENA, através do voto e da palavra do nobre deputado João Mansur, incorporou-se integralmente à pretensão dos servidores, para transformar esse abono em ajuda certa, que tanto precisam. Apenas srs. Deputados, o sr. deputado João Mansur, ponderando razões de ordem financeira, ponderando outras razões, solicitou entendimentos entre nós, ele e a bancada do Governo, através de sua liderança, para que ao invés de concessão de abono de 30%, esse fosse fixado em 20%, valor aproximado da própria proposição do reajuste salarial enviado pelo Governo.

Nós, que entendemos que mais vale um pássaro na mão do que dois voando, concordamos de pronto com aquela disposição das duas lideranças, da ARENA e do Governo, porque assim estaríamos servindo a grande classe dos servidores públicos do Paraná e em termo o mais lato possível. Tanto que esse abono será extensivo aos funcionários civis dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Paraná.

Assim, de parabéns se encontram os funcionários públicos deste Estado e eu, desta tribuna, não poderia descer sem antes congratular-me com o alto espírito público que orna as duas lideranças desta Casa nesse episódio.

Os líderes do Governo e da ARENA, unidos à nossa bancada, afirmando e sensibilizados com o clamor que se levanta no seio dos servidores públicos do Paraná, concordaram em que se concedesse o abono de 20% sobre seus vencimentos.

Congratulo-me, portanto com essas duas grandes lideranças que tão bem se houveram nesse episódio.

Congratulo-me, principalmente, com os que se beneficiam com a exemplar conduta da Casa inteira.

Mas se o propósito de servir, como sei, foi o que presidiu a sugestão originária e a aprovação, houve de minha parte uma omissão, houve da parte das honrosas e honradas lideranças do Governo e da ARENA também uma omissão, no que tange a extensão desse benefício aos servidores públicos inativos.

Entretanto, para que não houvesse atraso na processualística legislativa na tramitação dessa matéria comprometeu-se a liderança da ARENA a apreciar essa extensão dos benefícios, amanhã. Mas para mim, para corrigir a omissão, para saná-la, teríamos que acrescentar mais um artigo, dizendo que o abono acima referido é extensivo aos inativos.

Assim procedendo, faremos fazendo justiça a todos os servidores públicos paranaenses. Os artigos enquadrados, então as lideranças terão o condão de substituir a nossa emenda antes discutida, passando a ser emenda substitutiva da sub-emenda por nós apresentada ao Projeto de Lei n.º 261-70.

Queira, meu caro líder da ARENA, João Mansur, aceitar as minhas congratulações, as quais estendo ao nobre Líder do Governo que ontem aderiram

a proposição que modestamente ofereci. Entretanto, quando eu vou contar como estou contando, com o desdém público a o entendimento de V. Exa., contar com a manifestação amanhã de V. Exa., quando particularmente conversamos, no sentido de ser possível a extensão do abono aos servidores inativos. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao Grande Expediente, ao sr. deputado Olívio Belich:

O SR. OLÍVIO BELICH — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Hoje, desejaria fazer um pronunciamento desta tribuna de assunto e ordem interna desta Casa, mas me abstenho para, oportunamente focalizar o assunto que considero de grande importância.

Aproveito a oportunidade que me concede a Presidência para historiar o que vi, senti e analisei da visita que fiz à Administração do Porto de Paranaguá, principal escoadouro das riquezas paranaenses.

(Lendo): "Venho requerer a inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Lei n.º 141-70, de autoria dos srs. deputados Túlio Vargas e Luiz Renato Malucelli, projeto este que revoga o art. 5.º da Lei 5.917 de 7-4-69.

Sendo a administração do Porto de Paranaguá, embora autarquia, ela responde comercial e industrialmente pela exploração deste Porto paranaense. Consequentemente, esse órgão entra na esfera da iniciativa privada, competindo da mesma forma como se o fosse uma empresa privada. Portanto, o próprio desenvolvimento de uma empresa reside na ampliação constante de seus serviços, aperfeiçoando-os, dia a dia, atraindo, no caso específico do Porto, maior volume de cargas, angariando maior número de clientes e melhorando os próprios serviços que presta".

Contudo em se tratando de uma autarquia estatal, sua autonomia financeira depende exclusivamente da movimentação de mercadorias, procurando dessa forma imprimir maior produtividade, que dará condições para a receita satisfazer as despesas com o pessoal e material. A Administração do Porto não depende de dotação do Tesouro Estadual, mas somente da receita auferida pela aplicação tarifária determinada pelo Governo Federal, através do Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Ora, pela Lei 4.613, de 5 de julho de 1.962 e pelo artigo 15, da Lei n.º 4.680 de 26 de novembro de 1.965, foi conferida a gratificação individual de produtividade fixada em 50% sobre o valor real do vencimento.

A nosso ver, nada mais justo, pois tal como na iniciativa privada existe a gratificação de produtividade, que valoriza o elemento humano e, ao mesmo tempo, impulsiona o desenvolvimento do negócio.

Esse critério, sem dúvida estimula a produção satisfazendo a empregados e empregadores. Entretanto, a citada Lei foi revogada pela de n.º 5.978, de 1.º de Agosto de 1.969, no seu artigo 57, revogando o preceito federal assegurado de gratificação de produtividade, estabelecendo a absorção de tal benefício na forma de aumento de vencimentos. Através de meu requerimento, procuro dar prioridade de votação para um Projeto de Lei de finalidade realmente justa e humana como esta.

O sr. Luiz Renato Malucelli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O Projeto de Lei que V. Exa. aborda n.º 141-70 — só para sua orientação — acha-se em 3.ª Discussão.

O SR. OLÍVIO BELICH — Nobre Deputado, por uma falha, eu não havia recebido a Ordem do Dia. Por este motivo, vou encaminhar o meu requerimento, que tem o seguinte teor: (Lê):

(REQUERIMENTO)

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem, respeitosamente requerer, a inclusão na Ordem do Dia da sessão de amanhã do Projeto de Lei n.º 141-70, de autoria dos srs. deputados Túlio Vargas e Luiz Malucelli, que revoga o art. 5.º da Lei 5.917, de 7-4-69 e o art. 57, da Lei 5.978, de 1-8-69. Projeto que trata de assunto relacionado ao Porto de Paranaguá e gratificação individual de produtividade.

O Projeto encontra-se em regime de urgência, tendo figurado em Ordem do Dia, em 1.ª e 2.ª discussões, respectivamente a 22 e 29 de setembro último.

A solicitação requerimento apresenta justificativa na situação verdadeiramente difícil enfrentada pelos portuários de Paranaguá que, ansiosamente, estão a aguardar a tramitação do Plano de Lei, na esperança de que venha a ser sancionado. Tratando-se de reivindicação justa e oportuna de verdadeiros sustentáculos do escoamento de produtos que carregam riqueza para o Paraná, a solidariedade do Poder Legislativo Estadual traduzirá o reconhecimento que tributa aos que contribuem para o engrandecimento do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1.970.

Era só, sr. Presidente — (Sem revisão do orador) (a) Olívio Belich.

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. deputados.

Sobre a mesa, Projetos de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apolamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Armando Queiroz, constante do Expediente. Necessita de apolamento. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Emenda Substitutiva à Sub-emenda Substitutiva ao Projeto de Lei 261-70 de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apolamento. Apoiada.

Emendas Substitutiva e aditiva à Sub-emenda Substitutiva ao Projeto de Lei de autoria dos srs. deputados Erondy Silvério e Alencar Furtado, constantes do Expediente. Necessitam de apolamento. Apoiadas.

Requerimento de autoria do sr. deputado Luiz Malucelli, constante do Expediente solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 141-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 261-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Galvani, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nrs. 110-70, 132-70 e 235-70. — Aprovados.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buftara, constante do Expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 107-70. — Aprovado.

De acordo com os requerimentos de preferência, aprovados.

— 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 141-70, de autoria do dep. Luiz Renato Malucelli, e Túlio Vargas, revogando o artigo 5.º da Lei n.º 5.917, de 7 de março de 1.969, e o artigo 57 da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1.969. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com Emenda. — Aprovado.

— VOTAÇÃO EM 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 261-70, Mensagem Governamental n.º 31-70 e 35-70 que dispõem sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado. — Parecer favorável da C.E. — com Emenda Substitutiva. — Aprovada neste turno. Por apreciar no mesmo turno a Sub-Emenda de Plenário.

PROJETO DE LEI N.º 261-70

EMENDA SUBSTITUTIVA N.º... DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ESTUDOS

DO ESTATUTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO.

Art. 1.º — É concedido um abono provisório aos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado do Paraná, a partir de 1.º de novembro de 1.970, de acordo com a tabela seguinte:

Coronel	Cr\$ 300,00
Tenente Coronel	Cr\$ 300,00
Major	Cr\$ 300,00
Capitão	Cr\$ 250,00
1.º Tenente	Cr\$ 250,00
2.º Tenente	Cr\$ 250,00
Aspirante a Oficial	Cr\$ 250,00
Sub-Tenente	Cr\$ 200,00
1.º Sargento	Cr\$ 200,00
2.º Sargento	Cr\$ 200,00
3.º Sargento	Cr\$ 200,00
Aluno do 3.º ano	Cr\$ 200,00
Aluno do 2.º ano	Cr\$ 200,00
Aluno do 1.º ano	Cr\$ 200,00
Cabo	Cr\$ 150,00
Soldado	Cr\$ 120,00
Soldado Recruta	Cr\$ 100,00

Art. 2.º — O abono estabelecido no artigo anterior não influirá no cálculo para fixação de valor das graduações adicionais e quaisquer outras vantagens percebidas pelos Oficiais e Praças da Polícia Militar do Estado, as quais continuaram com os valores em cruzeiros vigentes até a data desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor a 1.º de novembro de 1.970, revogadas as disposições em contrário.

Faltam 19 de Dezembro aos 3 de Outubro de 1.970.

(aa) Armando Queiroz de Moraes — Presidente

Fabiano Braga Cortes — Relator

JUSTIFICATIVA: — O Projeto de Lei, a que esta Emenda se refere, cuida de dar, à Polícia Militar do Estado do Paraná, um novo Estatuto e Código de Vencimentos. É proposição complexa, cujo exame sério e honesto demandará algum tempo. Por isso mesmo, o plenário já aprovou requerimento, adotando, para a sua tramitação, as normas do artigo 189 e seguintes do Regulamento Interno. Em vista disso e considerando a necessidade premente de se conceder uma ajuda financeira aos Oficiais e Praças da nossa Polícia Militar, é que sugerimos a presente emenda substitutiva, estabelecendo um abono provisório, até que, numa oportunidade melhor, possa o Poder Legislativo transformar em lei o estatuto e o código de vencimentos da nossa corporação militar.

Em votação a emenda substitutiva a sub-emenda substitutiva subscrita pelos três licerês, deputados João Mansur, Erondy Silvério e Alencar Furtado. Em votação. Aprovadas as emendas. Prejudicada a sub-emenda.

Em votação a sub-emenda aditiva ao substitutivo da Comissão Especial do Projeto de Lei n.º 261-70 subscrita pelo deputado Alencar Furtado. — Aprovada.

Em votação a emenda substitutiva ao Projeto de Lei n.º 261-70 de autoria do deputado Erondy Silvério. — Aprovada.

— VOTAÇÃO EM 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-70, de autoria do dep. Agnaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Siqueira Campos, uma Motoniveladora, na forma que especifica, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

— 4.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 132-70, Mensagem Governamental n.º 22-70, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. com Emendas de 3.ª discussão. Em votação emendas de 3.ª discussão. — Aprovada.

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 235-70, Mensagem Governamental n.º 30-70, que concede estímulo fiscal aos fabricantes de formol e chapas produzidas com partículas de madeiras aglomeradas e prensadas com resinas sintéticas. — Aprovado.

— VOTAÇÃO EM 3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107-70, de autoria do dep. Abraão Miguel, que autoriza o Poder Executivo a readaptar para a Série da Classe de "Bibliotecário", os Funcionários que, na Biblioteca Pública do Paraná, venham exercendo as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo e possuam título legal de Habilitação. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Emenda apresentada em 3.ª discussão. Aprovada. Em votação o projeto. — Aprovado.

Passaremos a apreciação dos demais Projetos constantes da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

— VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 13-69 que cria na sede do Município de Quitandinha, um Ginásio Estadual para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Aprovado.

— VOTAÇÃO EM REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 188-69, que autoriza o Poder Executivo emitir crédito especial de Cr\$ 200.000,00 para ampliação das instalações do Hospital Colônia Adauto Botelho. — Aprovado.

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 209-70, de autoria do dep. Wilson Fortes, concedendo anistia fiscal de multas, juros e majorações previstos em Lei, aos contribuintes do imposto de circulação de mercadorias, na forma que especifica. — **Sem Pareceres.** — **Em regime de Urgência.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 189-70, de autoria do dep. Paulo Camargo, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Ibatí, cuja jurisdição nos Municípios que especifica. — **Sem Pareceres.** — **Em regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 180-70 de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que declara de Utilidade Pública o Instituto Rural Diocesano de Jacarézinho. — **Sem Pareceres.** — **Em regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 181-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência Social Educacional Norte Pioneiro de Jacarézinho. — **Sem Pareceres.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 194-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar um curso de História Natural, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarézinho. — **Sem Pareceres.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 159-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, na sede do Município de São Sebastião da Amoreira. — **Sem Pareceres.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 146-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que autoriza o Poder Executivo instituir no Município de Jacarézinho, uma Fundação Educacional com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação Física. — **Sem Pareceres.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 3a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 179-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, elevando para Cr\$ 100.000 (cem cruzeiros), a pensão mensal concedida à Enolina Bello de Souza, viúva do ex-Guarda Civil, Francisco de Souza. — **Sem Pareceres.** — **Em Regime de Urgência.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 168-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que cria o Curso Especial de Musicoterapia, na Faculdade de Educação. — **Parecer favorável da C.C.J.** — **Aprovado artigo por artigo.**

— **VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 221-69, de autoria do dep. Ovidio Franzoni, que cria no Município de Tapira, uma Escola Normal Coletal Estadual, para funcionar em 1.1.70. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F.** — **com Emenda.** — **Aprovado artigo por artigo.**

— **VOTAÇÃO EM 2a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 230-69, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Capivão de Abreu, para construção de uma ponte sobre o Rio Ubaitinho. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F.** — **Aprovado artigo por artigo.**

— **VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 156-69, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que transfere a Responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Jacarézinho ao do Barra do Jacaré, numa extensão de trinta quilômetros. — **Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F.** — **com Substitutivo Geral.** — **Aprovado.**

— **VOTAÇÃO EM 1a. DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 2-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, autorizando a Comissão Executiva, para os fins a que se refere a Lei de Melos, observar normas na elaboração de Decreto Legislativo de desdobramento do Orçamento Analítico que consiga dotações Orçamentárias aos Gabinetes que especifica. — **Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.** — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesma, requerimento de autoria do sr. Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 8-70. — **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Olívio Belich, lido da tribuna por S. Exa., solicitando a inclusão na Ordem do Dia da próxima sessão, do Projeto de Lei n.º 141-70. — **Prejudicado,** pois o referido projeto já se encontra na Ordem do Dia.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur e diversos outros srs. Deputados, constante de Expediente de sessão anterior, solicitando a suspensão das sessões plenárias. Em discussão

O SR. ERONDY SILVERIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento do nobre Deputado. O sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos srs. Deputados para constatação de quorum.

(E feita a chamada)

Responderam a chamada 15 srs. Deputados. Não há quorum para votação, mas há para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

Ordem do Dia:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 132-70 — 141-70 — 209-70 — 189-70 — 180-70 — 181-70 — 194-70 — 159-70 — 146-70 — 179-70 — 110-70;

4a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 107-70;

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 168-70 — 221-70 — 230-69 — 261-70;

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.º 156-69 e de Resolução n.º 2-70;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 109-70 e 75-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 156.ª Sessão Extraordinária Realizada em 7 de Outubro de 1970 (Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsini, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Ivo Tomazoni.

As 15,45 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsini, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Foad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas, e Wilson Fortes (37); achando-se ausente o seguinte sr. deputado Mattos Leão (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 788-67, Veto após o Projeto de Lei n.º 277-67, de autoria do dep. Roberto Galvani, que autoriza o Poder Executivo, a transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria a estrada que liga Quarto Centenário à Ubiratã. — Relatório da C.C.J. pelo Arquivamento. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente sessão marcando outra Extraordinária para amanhã, dia 8, quinta-feira, logo após a realização da sessão ordinária, com a seguinte

Ordem do Dia:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 812-67.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 157.ª Sessão Ordinária Realizada em 8 de Outubro de 1970 (Quinta-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsini, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Fabiano Braga Côrtes.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsini, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Côrtes, Foad Nacli, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas, e Wilson Fortes (37); achando-se ausente o seguinte sr. deputado Mattos Leão (1).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 2-70

Inclui-se onde couber:

Art. — O inciso IX, do § 2.º, do Art. 7.º, do Decreto Legislativo

n.º 573-67, passa a ter a redação seguinte:

"IX — Gabinetes das Lideranças do Governo, da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro:

a) um (1) Chefe

b) dois (2) Auxiliares

Art. ... — O inciso III do Art. 5.º, do Decreto Legislativo n.º 409-67, de 31-7-67, passa a ter a redação seguinte:

"VII — nos Gabinetes das Lideranças do Governo, da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro:

a) um (1) Chefe

b) dois (2) Auxiliares

Art. ... — A alínea "d", do Art. 1.º, do Decreto Legislativo n.º 410-67, de 31-7-67, passa a ter a redação seguinte:

"Chefes de Gabinete:

d) — das Lideranças do Governo, da Aliança Renovadora Nacional e do Movimento Democrático Brasileiro ... Cr\$ 200,00"

Art. ... — As despesas com a execução desta Resolução correrão à conta da dotação própria do Poder Legislativo, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Sala das Sessões, em 7 de outubro de 1970

(a) Erondy Silvério.

JUSTIFICAÇÃO: — A presente Emenda tem por objetivo sanar lacunas verificadas nos decretos legislativos que organizaram os gabinetes de representação do Poder Legislativo, fixando-lhes a estrutura e dando-lhes atribuições específicas. Dêles, lamentavelmente, não consta o Gabinete da Liderança do Governo, que se reconhece, por suas múltiplas e relevantes atribuições, de vital importância nas atividades da Assembleia Legislativa.

Essa a razão por que propomos e submetemos à apreciação dos senhores Deputados a criação do Gabinete da Liderança do Governo.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs: 107-70, 168-70, 221-69, 230-69, 261-70 e 110-70.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1970.

(a) Jorge Sato

REQUERIMENTO

Sr. Presidente:

Requeiro, ouvida a Casa, dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei, hoje aprovados em 3.ª discussão.

Sala das Sessões, em 8 de outubro de 1970.

(a) Semé Scaff

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Os srs. Deputados que o presente subscrevem, com base no Regimento Interno, requerem a Vossa Excelência se digne de submeter à deliberação do Plenário, o pedido, que ora apresentam, de suspensão das sessões plenárias da Assembleia Legislativa, a partir da data da aprovação deste Requerimento e até o dia 15 de novembro de 1970 mas sem interrupção dos trabalhos das Comissões e com ressalva das Sessões Especiais, destinadas à eleição e diplomação do Governador e Vice-Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 29 de setembro de 1970.

(a) João Mansur e outros

O SR. PRESIDENTE — Está finda a Leitura do Expediente.

Está livre a palavra para o Pequeno e para o Grande Expediente.

(Pausa) Não havendo quem queira fazer uso da palavra declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 37 srs. Deputados.

Emenda ao Projeto de Resolução n.º 2-70, de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente. Necessita de apoio. —

Apoiada. Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 132-70, Mensagem Governamental n.º 22-70, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 141-70, revogando o artigo da Lei n.º 5.917, de 7 de março de 1.969, e o artigo 57 da Lei n.º 5.978, de 1.º de agosto de 1.969. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 209-70, concedendo anistia fiscal de multas, juros e majorações previstos em Lei, aos contribuintes do imposto de circulação de mercadorias, na forma que especifica. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 189-70, que cria uma Circunscrição de Trânsito em Ibatí, com jurisdição aos Municípios que especifica. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 180-70, que declara de Utilidade Pública do Instituto Rural Diocesano de Jacarézinho. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 181-70, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Assistência Social Educacional Norte, Pioneiro de Jacarézinho. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 194-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso de História Natural, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarézinho. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 159-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Comercial Estadual, na sede do Município de São Sebastião da Amoreira. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 145-70, que autoriza o Poder Executivo instituir no Município de Jacarézinho, uma Fundação Educacional, com a finalidade de criar, instalar e manter uma Faculdade de Educação Física. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 179-70, elevando para Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a pensão mensal concedida à Enomá Bello de Souza, viúva de ex-Guarda Civil Franciscano, de Souza. — **Aprovado.**

— **REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 110-70, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Siqueira Campos, uma Motoniveladora, na forma que especifica, de propriedade do Departamento de Estradas de Rodagem. — **Aprovado.**

— **4.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 107-70, que autoriza o Poder Executivo a readaptar para a Série da Classe de "Bibliotecário", os Funcionários que, na Biblioteca Pública do Paraná, venham exercendo as atribuições e responsabilidades inerentes ao cargo e possuam título legal de Habilitação. Em votação a emenda apresentada em 3.ª discussão. Rejeitada. Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

— **3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 168-70, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que cria o Curso Especial de Musicoterapia, na Faculdade de Educação. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

— **3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 221-69, de autoria do dep. Ovídio Franzoni, que cria no Município de Tapira, uma Escola Normal Colegial Estadual, para funcionar em 1.970. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com Emenda. — Apresentado em 2.ª discussão **Aprovado.** Em votação o Projeto. — **Aprovado.**

— **3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 230-69, de autoria do dep. Ivo Tomazoni, que autoriza o Poder Executivo a firmar convênio através da Secretaria de Transportes, com a Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu, para construção de uma ponte sobre o Rio Ubásinho. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado.**

— **3.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 261-70, Mensagem Governamental n.ºs: 31-70 e 35-70, que dispõem sobre o Estatuto da Polícia Militar do Estado. — Parecer favorável da C.E. — com Emenda Substitutiva. — Aprovada neste turno. Por apreciar no mesmo turno a Sub-Emenda de Plenário. — Em votação a sub-emenda n.º 2. Aprovada. Em votação a sub-emenda n.º 4. Aprovada. Em votação a emenda Substitutiva da Comissão Especial. — **Aprovada.**

— **2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 156-69, de autoria do dep. Haroldo Bianchi, que transfere a responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Jacarézinho ao do Barra do Jacaré, numa extensão de trinta quilômetros. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — com Substitutivo Geral. — **Aprovado artigo por artigo.**

— **2.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Resolução n.º 2-70, de autoria do dep. Erondy Silvério, autorizando a Comissão Executiva, para os fins a que se refere a Lei de Meios, observar normas na elaboração de Decreto Legislativo de desdobramento do Orçamento Analítico que consigna dotações Orçamentárias aos Gabinetes que especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado artigo por artigo.**

— **1.ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei n.º 109-70 de autoria do dep. Túlio Vargas, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga Maringá à Bonsucesso, via Aquidaban. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 109-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a rodovia que liga Maringá à Bonsucesso, via Aquidaban.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de junho de 1970.

a) Dep. Túlio Vargas

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 109-70

1. — O Projeto em questão vem articulado e devidamente justificado, em consonância com determinação constante do Regimento Interno.

2. — Como se verifica trata-se de simples autorização legislativa, razão pela qual não fere nenhum preceito, quer de ordem constitucional, quer de ordem legal.

3. — Quanto à sua oportunidade, nada a opor. Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação.

F.º Parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 5 de agosto de 1.970.

aa) Emílio Carrazzi — Presidente

Arnaldo Basato — Relator

Antônio Lopes Júnior

Luiz Renato Malucelli

Paulo Poli

Paulo Camargo

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

Ao Projeto de Lei n.º 109-70

O Projeto em exame é daqueles que por sua natureza, não sofre impedimento, pois visa autorizar o Poder Executivo simplesmente.

A proposição vem articulada e devidamente justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

Quanto ao mérito e oportunidade, nada temos que obstar.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 1.970.

aa) Roberto Galvani — Presidente

Paulo Poli — Relator

João Mansur

Silvia Barros

— 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 75-70, de autoria do dep. Túlio Vargas que transfere, para efeito de conservação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga a PR-86 à rodovia BR-277, como especifica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.F. — **Aprovado**

PROJETO DE LEI No 75-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir, para efeito de conservação, ao Departamento de Estradas de Rodagem, a rodovia que liga a PR-86 à rodovia BR-277, desde Perobal, no Município de Umuarama, até a cidade de Cascavel, passando por Assis Chateaubriand e Alto Piquiri.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

a) Dep. Túlio Vargas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao Projeto de Lei n.º 75-70

É legal. É constitucional pela aprovação.

É o PARECER.

Sala das Comissões, em 8 de junho de 1970.

aa) Emílio Carazzai — Presidente

Arnaldo Busato — Relator

Alencar Furtado

Antônio Lopes Júnior

Paulo Camargo

Paulo Poli

Ivo Tomazoni

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER ao Projeto de Lei n.º 75-70

I — O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre deputado Túlio Vargas, versa sobre autorização ao Poder Executivo para transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia que liga a PR-86 à BR-277, desde Perobal, no Município de Umuarama, até a cidade de Cascavel, passando por Assis Chateaubriand e Alto Piquiri.

II — A conveniência da medida proposta está caracterizada, perfeitamente, na justificativa do Projeto, razão pela qual nos manifestamos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 8 de Junho de 1970.

aa) AGNALDO PEREIRA LIMA — Presidente

IVO TOMAZONI — Relator

HAROLDO BIANCHI

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER ao Projeto de Lei n.º 75-70

Objetiva o presente Projeto de Lei, transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação, a rodovia que liga a BR-86 à BR-277.

A proposição vem articulada justificada de acordo com o que determina o Regimento Interno, razão porque não encontramos impedimento de ordem financeira.

Nosso Parecer portanto é pela sua aprovação.

Sala das Comissões em 11 de Agosto de 1970.

aa) ROBERTO GALVANI — Presidente

PAULO POLI — Relator

SILVIO BARROS

JOÃO MANSUR

— Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final dos Projetos de Leis n.º 107-70, 168-70, 221-70, 230-70, 261-70 e 110-70. — **Aprovados.**

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente, solicitando suspensão das sessões plenárias da Assembleia Legislativa, a partir da data da publicação deste requerimento até o dia 15 de novembro de 1970, mas sem interrupção dos trabalhos das Comissões e com ressalva das sessões especiais, destinada à eleição e diplomação do Governador e Vice-Governador do Estado. — **Aprovado.**

O SR. ERONDI SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, solicitamos a palavra a fim de fixarmos nossa posição com referência a requerimento subscrito por nobres srs. Deputados que requerem recesso da Assembleia Legislativa até o dia 15 de novembro de 1970.

O requerimento, sr. Presidente, não diz quais as razões, mas se subentende que é no sentido de permitir aos srs. Deputados, não comparecendo a esta Casa, desenvolver suas campanhas eleitorais no interior do Estado. Nada mais justo. Estamos de pleno acordo com o ponto de vista, entretanto nossa posição é contrária. Em face das circunstâncias em que vive a Casa, hoje, não temos maioria suficiente para rejeitar o requerimento. Sabemos que vamos clamar no deserto, nosso voto será vencido, mas queremos que fique consignado, na Ata dos trabalhos, o nosso protesto porque, quando nós fomos pedir votos ao povo do Paraná para que elegêssemos Deputados, nós

não dissemos ao povo que na campanha seguinte deixaríamos a Casa para trabalhar na nossa campanha. A nossa obrigação é ficar aqui trabalhando, dando curso às matérias importantes que tramitam pela Casa.

Nestas condições, somos visceralmente contra o recesso desta Casa. O povo nos paga para que trabalhem, não para que façamos campanha eleitoral. Sabemos, no entanto, que seremos vencidos, pois contra a força não há resistência, o nosso voto será vencido! Ainda bem que a Casa apreciará, em sessão extraordinária, As Redações Finais de diversas Leis importantes, principalmente para o funcionalismo civil e militar do Estado, que terá o seu abono concedido através de Lei desta Casa.

Nesta oportunidade, queremos apresentar nossas congratulações ao nobre deputado João Mansur, líder da ARENA e ao nobre deputado Olivir Gabardo, líder do MDB nesta Casa que, com suas presenças, seus apoios, permitiram que os srs. Funcionários tivessem seus vencimentos majorados, o que estavam esperando há longo tempo.

Eram estas as considerações que desejávamos fazer e que ficassem consignado, na Ata dos trabalhos, o nosso protesto e o nosso voto contrário. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento formulado pelo sr. deputado João Mansur — **APROVADO.**

O SR. ERONDI SILVÉRIO — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, solicitaria que V. Exa. fizesse consignar que o meu voto foi contrário.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado o voto do nobre deputado Erondy Silvério.

Em votação o requerimento formulado pelo nobre deputado Seme Scaff, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei, hoje aprovados em 3a discussão — **Aprovado.**

Esta Presidência convoca os srs. Deputados para uma sessão Especial amanhã, às 17,00 horas, em que serão diplomados o Governador e Vice-Governador eleitos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 9, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei ns. 107-70, 168-70, 221-69, 230-69, 261-69.

3a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 2-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura
Ata da 158.ª Sessão (Extraordinária)
Realizada em 8 de Outubro de 1970 — (5.ª-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Jorge Sato e Fabiano Braga Cortes.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olivir Belich, Leopoldo Jacomet, Arnaldo Pereira Lima, Alencar Busato, Arnaldo Puppi, Antônio Lopes Junior, Armando Queiroz, Arnaldo Furtado, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Fabiano Braga Cortes, Fuad Nacil, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wyppich, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (37); achando-se ausente o sr. deputado Mattos Leão.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — Procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de comunicar a presença neste Plenário, dos digníssimos prefeitos srs. Manoelito Brito de Souza, de Conselheiro Mairirã, Rudy Alvarez, de Assis Chateaubriand, Luiz Oliveira Ribeiro, de Siqueira Campos e Lauro Carneiro de Siqueira, de Wenceslau Braz.

Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 37 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 812-67, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 146-66, de autoria do dep. Paulo Poli, que atualiza a Estrada que liga a Cidade de Iratema à Ivaiporã, nas Comarcas de Campo Mourão, Pitanga e Ivaiporã, numa extensão de 62 quilômetros. — Relatório da C.C.J. pelo ARQUIVAMENTO. — Encerrada a discussão. Em votação. — Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Levanta-se a sessão.